

**Resumo:** As representações da história “universal” veiculadas pelos media e disseminadas nas enciclopédias ditas globais, são talvez um dos mais evidentes exemplos do quanto ainda há a fazer para descolonizar o conhecimento. Assim, urge dar voz a diferentes narrativas sobre a história mundial, de modo a tornar visíveis as versões de pessoas e grupos que foram sistematicamente “apagados” da história durante o período colonial e que continuam, muitas das vezes, invisíveis nas narrativas dominantes em período dito pós-colonial. Neste artigo examinamos os resultados de um inquérito realizado junto de jovens em Moçambique e em Portugal. Em ambos os países, investigámos as representações sociais sobre a história mundial. As convergências e divergências nas representações da história mundial, nomeadamente no que se refere ao período colonial, são discutidas tendo em conta o papel das identidades nacionais na estruturação das memórias coletivas.

**Palavras-chave:** memória social; representações sociais; história mundial; colonialismo; descolonização.

## 1. Introdução

Numa crónica publicada no jornal *Sol* (6/01/2012: 24), Nataniel Ngomane perguntava ironicamente “Lusofonia: quem quer ser apagado?”. Na sua crónica, Ngomane denuncia a versão lusocêntrica da história que foi forçado a aprender na escola durante o período do Estado Novo, em Moçambique, em que aprendeu sobre os heróis portugueses, mas nada aprendeu sobre os heróis moçambicanos. Ngomane denuncia também a violência implícita do termo “expressão portuguesa” que contribui para um apagamento e esvaziamento identitário. Ora, ninguém quer ser apagado nem reduzido a uma expressão homogeneizante que não dá conta da heterogeneidade do chamado “espaço lusófono”.

Esta denúncia, vai ao encontro da perspectiva de Alfredo Margarido (2000: 6), que considera que a invenção da lusofonia se fez através de uma amnésia colectiva em relação à violência que foi exercida sobre os povos que hoje falam português. Nas palavras do autor, “o discurso lusófilo actual limita-se a procurar dissimular, mas não a eliminar, os traços brutais do passado” (2000: 76).

Na mesma linha de ideias, Maria Manuel Baptista salienta que “a lusofonia sinaliza e encobre em Portugal o lugar do verdadeiramente ‘não-dito’, uma espécie de espaço fantasmático da nossa cultura, apesar de paradoxalmente tanto se utilizar este conceito” (2006: 24). Para a autora, verifica-se do lado português uma estratégia de “esquecimento ativo” de alguns

# “Quem quer ser apagado?”: Representações da História e a Descolonização do Pensamento

Rosa Cabecinhas<sup>1</sup>

Universidade do Minho,  
Portugal

<sup>1</sup> Rosa Cabecinhas é Professora Associada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Foi Diretora-Adjunta do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (2003-2006), Diretora do Mestrado em Ciências da Comunicação (2008-2011) e Diretora do Departamento de Ciências da Comunicação (2011-2013) na mesma Universidade. Atualmente participa como investigadora em diversos projetos nacionais e internacionais, dedicando-se principalmente às seguintes áreas de investigação: diversidade e comunicação intercultural, memória social, representações sociais e identidades sociais. Entre as suas obras destacam-se os seguintes livros: “Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial” (2007), “Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios” (2008) e “Narratives and Social Memory: Theoretical and Methodological Approaches” (2013).  
cabecinhas@ics.uminho.pt

dos aspectos fundamentais da história colectiva que ligam Portugal aos demais países de língua oficial portuguesa.

Por seu turno, Moisés de Lemos Martins (2013) alerta-nos para a necessidade de nos mantermos vigilantes e desconstruirmos os diversos equívocos que atravessam o conceito de lusofonia, entre os quais destaca quatro: 1) os equívocos de uma centralidade portuguesa da lusofonia; 2) os equívocos da reconstituição, em contexto pós-colonial, de narrativas do antigo império, com propósitos neo-coloniais; 3) os equívocos do lusotropicalismo e do mito de uma “colonização doce”; e 4) os equívocos de algum discurso pós-colonial, que assenta por vezes numa narrativa do “ressentimento”. Desfazer estes equívocos sem criar novas simplificações redutoras é sem dúvida uma árdua tarefa, mas essencial para a “descolonização” do pensamento e para um novo e mais complexo entendimento das relações pós-coloniais.

As representações da história “universal” veiculadas pelos media e disseminadas nas enciclopédias ditas globais, são talvez um dos mais evidentes exemplos do quanto ainda há a fazer para descolonizar o conhecimento. Assim, urge dar voz a diferentes narrativas sobre a história, de modo a tornar visíveis as versões de pessoas e grupos que foram sistematicamente “apagados” da história durante o período colonial e que continuam, muitas das vezes, invisíveis nas narrativas dominantes em período dito pós-colonial.

Neste artigo analisamos, de forma comparativa, os resultados de um inquérito por questionário realizado junto de jovens em Moçambique e em Portugal. Estes estudos foram realizados no âmbito de um projeto de investigação mais amplo, que visa analisar criticamente a “lusofonia” enquanto construção simbólica e as representações sociais sobre a história que liga os vários países de língua oficial portuguesa<sup>1</sup>. O objetivo dos estudos que vamos apresentar foi “dar voz” às diversas histórias que há para contar, uma vez que não há uma “história comum” mas sim diversas versões da história, que correspondem sempre a reconstruções do passado, em permanente reconfiguração, em função das agendas do presente. Através destes estudos pretendemos contribuir para a descolonização do conhecimento.

## 2. Representações sociais da história e dinâmicas identitárias

De acordo com Licata *et al.* (2007), a memória coletiva corresponde a um conjunto de representações sociais sobre o passado, partilhadas no seio de determinado grupo. A memória coletiva desempenha importantes funções identitárias, contribuindo para: a definição da identidade do grupo de pertença; a construção de uma distintividade positiva através de comparações favoráveis entre o grupo de pertença e outro(s) grupo(s), em dimensões consideradas relevantes; a justificação e legitimação de comportamentos do grupo de pertença; e a mobilização para a ação coletiva.

Recordar algo é muito mais do que simplesmente reproduzir factos. Trata-se de um processo de reconstrução seletivo e parcial, que depende das pertenças e redes sociais dos indivíduos assim como das suas experiências e trajetórias de vida. Reconhecer o carácter social da memória não implica pressupor uma uniformidade nas recordações no seio de um dado grupo, uma vez que cada indivíduo pertence simultaneamente a diversos grupos. Grupos sociais diferentes tendem a recordar factos diferentes e face a um mesmo acontecimento tendem a construir memórias diferentes.

Na análise da memória social é necessário ter em consideração dois quadros de referência fundamentais – o *tempo* e o *espaço* – já que é o facto dos membros de determinado grupo estarem

<sup>1</sup> *Narrativas identitárias e memória social: a (re)construção da lusofonia em contextos interculturais*. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Feder, Compete (PTDC/CCI-COM/105100/2008): <http://www.lasics.uminho.pt/idnar/>.

juntos num dado espaço e num dado tempo que lhes permite criar laços sociais, partilhar vivências e memórias (Halbwachs, 1950/1997).

Na nossa perspetiva toda memória é social, uma vez que os nossos pensamentos e sentimentos são construídos através das práticas linguísticas e reificados pelos processos de comunicação humana (Gergen, 1994). Assim, a memória é simultaneamente um produto e um processo social. A memória é constantemente (re)construída através dos processos comunicativos (interpessoais, intergrupais, mediáticos, etc.). Neste sentido, a teoria das representações sociais (Moscovici, 1988) constitui uma ferramenta fundamental para compreender como as memórias históricas são construídas, como são partilhadas e quais as suas funções políticas e culturais.

### 3. Representações da história mundial em Moçambique e em Portugal

Seguidamente iremos apresentar, de forma comparativa, os resultados de um inquérito por questionário realizado junto de jovens moçambicanos e jovens portugueses. Em Portugal os dados foram recolhidos em outubro de 2003 e em Moçambique em maio de 2009. No total foram inquiridos 298 estudantes universitários, 180 moçambicanos e 118 portugueses. A idade média dos inquiridos foi de 22 anos. Em ambos os países foram aplicados questionários redigidos em língua portuguesa. Em Portugal todos os inquiridos declararam o português como língua materna. Em contrapartida, em Moçambique verificou-se uma grande diversidade de línguas maternas, tendo a grande maioria dos inquiridos referido o português como segunda língua. Nenhum dos inquiridos manifestou qualquer dificuldade na compreensão das questões e todos responderam em português, pelo que consideramos que a língua usada no questionário não afetou a qualidade das respostas.

Quando nos debruçamos especificamente sobre os grupos nacionais, é necessário ter em conta que cada grupo é heterogéneo, sendo constituído por uma grande diversidade de indivíduos, com diferentes percursos e experiências de vida e pertencendo a grupos com diferentes posicionamentos na estrutura social. Neste sentido, alertamos que não pretendemos generalizar os resultados destes estudos à população dos países em questão, mas apenas abordar de forma exploratória o impacto das pertenças nacionais nas representações da história mundial. O foco nos jovens e não na população em geral deveu-se ao facto de pretendermos estudar as representações de pessoas nascidas após o 25 de Abril de 1974. O facto das amostras serem constituídas exclusivamente por estudantes universitários deveu-se, por um lado, a questões de exequibilidade na aplicação dos questionários em boas condições e, por outro lado, a questões de comparabilidade com os estudos realizados noutros países.

Os estudantes foram convidados a participar num estudo internacional sobre história, sendo-lhes explicado que o que interessava era a sua *opinião* pessoal sobre a história e não o seu nível de conhecimentos. O questionário aplicado tinha a mesma estrutura em ambos os países, tendo sido efetuadas pequenas adaptações de conteúdo, em função das entrevistas exploratórias e do pré-teste realizado em cada um dos países.

Seguindo uma adaptação da metodologia desenvolvida por Liu *et al.* (2005), foi pedido aos participantes para listarem os cinco acontecimentos que consideravam mais importantes na história da humanidade nos últimos mil anos. Uma vez efetuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada um desses acontecimentos e, posteriormente, indicar as emoções que associavam a cada acontecimento. A evocação de acontecimentos era efetuada de forma completamente livre, já que não era fornecida qualquer listagem prévia aos participantes para não condicionar as suas respostas. As emoções associadas aos acontecimentos foram também recolhidas de forma aberta. Já o nível de impacto dos acontecimentos foi medido através de uma escala fechada (1=muito negativo; 7=muito positivo). A Tabela 1 apresenta as percentagens globais

de evocação dos dez acontecimentos mais referidos em cada um dos países de recolha de dados assim como o impacto que lhes é atribuído.

Moçambique	%	Impacto	Portugal	%	Impacto
I Guerra Mundial	61	2.2 (1.8)	II Guerra Mundial	72	1.6 (1.1)
II Guerra Mundial	46	2.2 (1.8)	I Guerra Mundial	51	1.6 (1.1)
Revolução Industrial	26	6.8 (0.8)	11 Setembro 2001	30	1.1 (0.3)
Independência África	24	6.8 (0.8)	Descobrimientos	26	6.2 (1.1)
Colonialismo	19	2.7 (1.8)	25 Abril 1974	25	6.3 (1.0)
11 Setembro 2001	18	2.8 (2.6)	Revolução industrial	20	6.0 (1.1)
Vitória Obama	14	6.6 (1.2)	Ida à Lua	18	6.4 (0.8)
Revolução Francesa	13	6.6 (1.3)	Guerra/Invasão Iraque	12	1.6 (0.8)
Conferência de Berlim	12	3.3 (2.2)	Bomba atómica	12	1.7 (1.7)
Criação da ONU	11	7.0 (0.0)	Queda Muro de Berlim	11	5.9 (1.5)

**Tabela 1** – *Acontecimentos da História Mundial: percentagens de evocação espontânea*

Legenda: % = percentagem de evocação espontânea de determinado acontecimento da história mundial; Impacto = Média de impacto (e desvio-padrão); escala de impacto: 1 = muito negativo; 7 = muito positivo.

A característica mais notória da Tabela 1 é a proeminência do eurocentrismo<sup>2</sup> nas representações sociais da história mundial: os acontecimentos relacionados com a Europa e América do Norte e os acontecimentos “globais” aos quais é atribuído um papel central às nações ocidentais aparecem no topo da tabela em ambos os países. Tal é especialmente evidente no caso dos dados recolhidos em Portugal, já que todos os acontecimentos que constituem o *top 10* ocorreram em países ocidentais ou estão relacionados com o domínio ocidental. No caso dos dados recolhidos em Moçambique esse eurocentrismo é evidente em metade dos acontecimentos do *top 10*, enquanto que o outro grande grupo de acontecimentos está relacionado com as questões do colonialismo e dos direitos humanos.

Replicando os dados obtidos em outros países (Liu *et al.*, 2005, 2009), as duas Guerras Mundiais foram os acontecimentos mais frequentemente nomeados como os mais importantes na história da humanidade. Os dados recolhidos em Portugal seguem a tendência observada em outros países europeus ao colocar a Segunda Guerra Mundial no topo da tabela, seguida pela Primeira Guerra Mundial. Tal padrão de resultados é curioso uma vez que Portugal participou ativamente na Primeira Guerra Mundial e não na Segunda. Já no que respeita aos dados recolhidos em Moçambique observa-se uma inversão dessa ordem, sendo a Primeira Guerra Mundial o acontecimento mais nomeado. Para tal não será alheio o facto de África, e nomeadamente Moçambique, ter sido um

<sup>2</sup> Usamos aqui “eurocentrismo” como sinónimo de *Westerncentrism*: uma visão do mundo que coloca os países ocidentais, nomeadamente a Europa e os Estados Unidos da América, como centro do mundo.

importante palco de batalha durante a Primeira Guerra Mundial.

Globalmente, os resultados mostram a centralidade da guerra e da política nas representações da história mundial, replicando de certa forma uma agenda global moldada pelas nações ocidentais, tal como foi observado em estudos anteriores (e.g., Liu *et al.*, 2005, 2009). No entanto, é também evidente que não se verifica uma simples replicação dessa “agenda global”, já que os participantes de ambos os países dão destaque a acontecimentos relativos ou seu próprio país ou região. Tal é especialmente evidente no caso dos participantes moçambicanos, cujos dados apontam de certa forma para uma agenda pan-africana.

Como referimos anteriormente, o padrão de resultados obtido em Portugal é prototípico de uma perspetiva eurocêntrica, reproduzindo em grande parte a versão da história mundial que é disseminada nos media “globais”, nos quais os acontecimentos-chave são protagonizados por países ocidentais. No entanto, dois dos acontecimentos incluídos no *top 10* diferenciam os dados portugueses face aos obtidos em outros países europeus: os Descobrimentos Portugueses (26%) e o 25 de Abril de 1974 (25%). Assim, os participantes portugueses, embora em grande parte tenham reproduzido uma história universal tal como ela é contada na Europa, destacam o papel do seu próprio país como ator da história universal. Os “Descobrimentos Portugueses” foram considerados como tendo um impacto muito positivo na história da humanidade, sendo associados a emoções positivas (orgulho, alegria, felicidade, fascínio).

Em contrapartida, os participantes moçambicanos destacam a “Independência de África” como um dos acontecimentos mais positivos da história da humanidade (28%), associando-a a emoções positivas (orgulho, alegria, felicidade). O facto dos participantes moçambicanos terem evocado as independências africanas e não especificamente a independência de Moçambique (referida por 3% dos participantes) aponta para uma agenda pan-africana, que destaca a luta comum dos povos africanos contra os opressores europeus. O “Colonialismo” (19%) é percebido como negativo pelos participantes moçambicanos assim como a Conferência de Berlim 1884/5 (12%), durante a qual os países europeus dividiram África entre si, definindo fronteiras arbitrárias de acordo com os seus próprios interesses estratégicos.

Os acontecimentos relacionados com a promoção dos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para todos são especialmente evidentes no *top 10* em Moçambique, como a Revolução Francesa (13%), a Fundação das Nações Unidas (11%) e a Vitória de Obama (14%). Apesar de não surgirem no *top 10*, os acontecimentos relacionados com o regime de *apartheid* nos países vizinhos também foram salientes nos dados de Moçambique: Apartheid (8%), Libertação de Nelson Mandela (5%), Fim do Apartheid (3%) e Prisão de Nelson Mandela (2%). Os acontecimentos considerados mais negativos pelos participantes moçambicanos não são visíveis no *top 10*: Escravatura (8%) e Racismo (3%) (médias de impacto, respetivamente  $M=1.08$  e  $M=1.0$ ). Alguns dos acontecimentos considerados mais positivos estão também ausentes do *top 10*: Abolição da escravatura (5%) e Fim do Apartheid (3%) ( $M=7.0$  em ambos os casos). No seu conjunto, o *cluster* de acontecimentos ligados à promoção dos direitos humanos e igualdade de oportunidades estiveram mais ausentes das respostas dos participantes portugueses assim como as referências ao colonialismo, à escravatura e ao racismo.

Em suma, o *cluster* de acontecimentos relacionados com a promoção dos direitos humanos e as lutas pela liberdade e independência estão muito mais saliente nos dados moçambicanos do que nos dados portugueses, que tendem a esquecer estes acontecimentos, indo ao encontro do padrão de resultados obtido noutros países europeus (Cf: Liu *et al.*, 2005, 2009). Por seu turno, os dados moçambicanos vão ao encontro dos obtidos em outros países africanos de língua oficial portuguesa, que também deram destaque à libertação colonial e aos efeitos opressivos do colonialismo (Cf: Cabecinhas & Nhaga, 2008; Cabecinhas & Évora, 2008).

Assim, os acontecimentos que levaram ao fim do colonialismo e à independência dos países africanos são percebidos como muito positivos pelos participantes africanos mas tendem a ser ignorados pelos participantes europeus. Os acontecimentos relacionados com a promoção dos direitos humanos e igualdade de oportunidades foram percebidos como muito positivos tanto por europeus como por africanos, mas a percentagem de nomeação espontânea destes acontecimentos é menor nos países europeus do que nos africanos.

Globalmente, os dados recolhidos em Portugal replicam os de Liu *et al.* (2005, 2009), segundo os quais a história mundial é percebida como sendo moldada pelos países ocidentais, “apagando” o papel de outros povos na história universal. No entanto, os dados recolhidos em Moçambique, dando visibilidade à luta contra o colonialismo, racismo e outras formas de opressão, indicam claramente que estes não querem ser “apagados”.

O tipo de sociocentrismo observado em Moçambique está ligado a uma agenda mais pan-africana do que nacionalista, com os participantes privilegiando a nomeação de acontecimentos relacionados com o “destino comum” dos povos africanos e a sua luta pela libertação do jugo colonial e conquista da independência.

Outro aspeto proeminente a partir da observação da Tabela 1 é forte efeito de recência: os acontecimentos mais recentes são privilegiados face aos mais distantes temporalmente, o que replica os resultados obtidos por Liu *et al.* (2005, 2009). A grande maioria dos acontecimentos espontaneamente nomeados pelos estudantes de ambos os países ocorreu nos séculos 20 ou 21. Tal efeito de recência indicia que ao pensar na história mundial os participantes são extremamente influenciados pela agenda mediática do momento de recolha de dados, que serve de “âncora” para pensar a história.

Apesar dos dados de ambos os países indicarem um forte efeito de recência, em Moçambique o foco no passado muito recente é mais forte. Os estudantes portugueses ao evocarem o passado distante, percebido como “glorioso” (Miranda, 2002), da época dos Descobrimentos, contribuíram para atenuar o efeito de recência enquanto que os moçambicanos ao focar na independência africana contribuíram para um reforço desse efeito. O facto da história de África antes da presença europeia ter sido durante muito tempo apagada dos manuais escolares usados nos países africanos e só agora começar a ser recuperada pelas historiografias africanas pode também ter contribuído para o acentuar do efeito de recência.

Como já referimos, nos dados moçambicanos o fim do colonialismo e a independência africana estão entre os acontecimentos considerados mais positivos na história mundial, enquanto que a escravatura e o racismo são considerados como os acontecimentos mais negativos. Globalmente, os acontecimentos relacionados com as questões dos direitos humanos são mais salientes para os participantes moçambicanos do que para os participantes portugueses, que se concentraram mais numa narrativa eurocêntrica da história mundial, na qual os países ocidentais são vistos como desempenhando os papéis principais.

#### 4. Discussão

Neste artigo efetuámos uma análise comparativa das representações da história mundial de jovens moçambicanos e jovens portugueses. De um modo geral os dados apontam para algumas convergências que denunciam a persistência de um considerável nível de eurocentrismo nas representações da história dita ‘universal’, mas também revelam algumas importantes divergências.

No que respeita às convergências, os resultados destes estudos replicam em grande parte os observados em amostras de estudantes universitários na Europa, Ásia, Oceânia e Américas (e.g.

Liu *et al.*, 2005, 2009): verifica-se um forte efeito de recência, com os acontecimentos mais remotos a serem preteridos face aos mais recentes; verifica-se também um forte eurocentrismo, embora este seja contrabalançado por algum sociocentrismo, tanto na amostra portuguesa como na amostra moçambicana.

Quanto às divergências, destaca-se sobretudo a emergência de uma narrativa pan-africana nos dados moçambicanos, com destaque a vários acontecimentos que se prendem com a luta comum dos africanos pela independência e o foco em acontecimentos ligados à promoção dos direitos humanos e a igualdade de oportunidades. O *cluster* de acontecimentos ligados ao colonialismo foi importante em ambas as amostras, mas enquanto os participantes portugueses se focaram nos “Descobrimientos portugueses” e não nas suas consequências, os participantes moçambicanos focaram-se no fim do colonialismo, com a independência das nações africanas, e nos efeitos negativos do colonialismo. A libertação colonial emergiu como uma grande narrativa contrabalançando a narrativa eurocêntrica. Esta narrativa pan-africana, como mencionado anteriormente, contrasta com os resultados dos estudos de Liu *et al.* (2005, 2009), que foram realizados em todos os continentes excepto África. No entanto, mas vão ao encontro dos obtidos em outros países africanos de língua portuguesa (e.g. Cabecinhas & Évora, 2007; Cabecinhas & Nhaga, 2008). Enquanto os europeus tendem a “esquecer” os efeitos perversos da colonização quando pensam na história mundial, os africanos pelo contrário tendem a tornar esses efeitos salientes. Em ambos os casos, esquecer ou recordar serve funções de proteção identitária (Licata *et al.*, 2007).

Vários estudos recentes têm demonstrado os efeitos persistentes do processo colonial na formação das mentalidades, nos estereótipos sociais e nas atuais relações intergrupais (Volpato & Licata, 2010). Os efeitos opressivos do colonialismo a longo prazo são frequentemente subestimados, contribuindo para a sua manutenção. Ao tornar saliente uma narrativa de libertação colonial, os participantes moçambicanos demonstram claramente que não querem ser “apagados” da história universal. Diz um provérbio africano que “até que o leão conte a sua história, a versão dominante será sempre a do caçador” (in Meneses, 2008). Auscultar as diversas versões contribuirá, sem dúvida, para um olhar mais complexo sobre a realidade e para a descolonização do pensamento.

## Referências Bibliográficas

Baptista, M. (2006). “A Lusofonia não é um jardim. Ou da necessidade de ‘perder o medo às realidades e aos mosquitos” in M.L. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Eds.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.

Cabecinhas, R. & Évora, S. L. (2008). “Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história” in Martins, M. & Pinto, M. (Org.) *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. pp. 2685-2706.

Cabecinhas, R. & Nhaga, N. (2008). “Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal” in R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.), *Comunicação Intercultural: perspectivas, dilemas e desafios*. Porto: Campo das letras. pp. 109-132.

Halbwachs, M. (1997). *La Mémoire Collective*. Paris: Albin Michel.

Gergen, K. (1994). *Towards transformation in social knowledge*. Londres: SAGE.

Licata, L., Klein, O. & Gély, R. (2007). “Mémoire des conflits, conflits de mémoires: une approche psychosociale et philosophique du rôle de la mémoire collective dans les processus de réconciliation intergroupe” in *Social Science Information*, 46(4), pp. 563-589.

Liu, J., Goldstein-Hawes, R. *et al.* (2005). “Social representations of events and people in world history across twelve cultures” in *Journal of Cross Cultural Psychology*, nº 36, pp.171-191.

\_\_\_\_\_. *et al.* (2009). “Representing World History in the 21<sup>st</sup> Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the Nation-State on Dynamics of Collective Remembering” in *Journal of Cross-Cultural Psychology*, nº40, pp.667-692.

Margarido, A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Martins, M. (no prelo) *Língua Portuguesa, Globalização e Lusofonia*. Braga: Universidade do Minho.

Meneses, M. (2008). “Mundos locais mundos globais: a diferença da história” in R. Cabecinhas & L. Cunha (Eds.) *Comunicação Intercultural: Perspectivas Dilemas e Desafios*. Porto: Campo das Letras, pp. 75–93.

Miranda, J. (2002). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.

Moscovici, S. (1988). “Notes towards a description of social representations” in *European Journal of Social Psychology*, nº 18, pp. 211-250.

Ngomane, N. (2012). “Quem quer ser apagado?” in *Semanário Sol*, 06/01/2012, p. 24.

Volpato, C., & Licata, L. (2010). “Introduction: Collective Memories of Colonial Violence” in *International Journal of Conflict and Violence*, nº 4, pp.1-10.